

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS TRABALHADORES, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NA CONJUNTURA DO ATUAL¹

EDUCACIÓN Y POLÍTICAS PUBLICAS PARA LOS TRABAJADORES Y MOVIMIENTOS SOCIALES Y EDUCACIÓN EN LA SITUACIÓN ACTUAL.

PUBLIC POLICIES FOR WORKERS, THE SOCIAL MOVEMENTS AND EDUCATION IN THE CURRENT SITUATION

Áurea de Carvalho Costa²

Resumo: O objetivo do artigo é contribuir ao debate sobre como a CSP CONTLUTAS tem se consolidado como ferramenta para organizar a reivindicação popular de políticas públicas para a educação dos trabalhadores, envolvendo os movimentos sociais na conjuntura do atual. Trata-se de uma Central que se configura como espaço de luta para a classe trabalhadora, combatendo a exploração e a opressão, no campo e na cidade, atuando junto à sociedade brasileira e internacional balizada pelos princípios de independência de classe, autonomia de gestão e financeira, unidade de ação e democracia operária. Este artigo visa apresentar este modelo de sindicalismo inovador e apontar algumas das ações que concretizam tal modelo.

Palavras chave: sindicato; CSP CONLUTAS; educação e movimentos sociais.

Resumen: El propósito de este artículo es demostrar cómo la CSP CONTLUTAS, ha introducido un modelo de sindicalismo innovador, teniendo en cuenta que sus acciones se han presentado cómo una herramienta para organizar las demandas populares de políticas publicas para la educación de los trabajadores y de los movimientos sociales . Una organización que se establece en el espacio de lucha para la clase trabajadora contra la explotación y la opresión , en las zonas rurales y urbanas, para actuar en la sociedad brasileña e internacional a través de los principios de la independencia de clase, autonomía financiera y de gestión, como unidad de acción y de democracia obrera.

Palabras clave: unión ; CSP Conlutas ; educación, movimientos sociales; lucha de clase.

Summary: The purpose of the article is to contribute to the debate about how the “CSP CONLUTAS” has been consolidating itself as a tool to organize the popular claim of the public policies for the workers’ education, involving social movements in the conjuncture of the present one. It refers to a Central office that configures as a struggle space for the working class, fighting against the exploration and oppression, either in the open country or in the city, acting together with the Brazilian and International Society marked out by the class independence principles, administration and financial autonomy, action unity and workers' democracy. This article aims at presenting this innovative syndicalism model and points out some of the actions that will concretize such model.

Keywords: Syndicate; “CSP CONLUTAS”; education and social movements

Introdução

Na qualidade de professora de políticas educacionais da Universidade Estadual Paulista/campus Rio Claro e delegada da ADUNESP nos congressos da CSP CONLUTAS, tive a honra de ser indicada pela regional CSP CONLUTAS do Pará para representa-la nesta mesa. Minha contribuição é trazer a posição da CSP CONLUTAS sobre as atuais políticas públicas para os trabalhadores, os movimentos

sociais e a educação de forma articulada à conjuntura atual de crise política, social e econômica que o Brasil vive, como contribuição à mesa Marxismo, educação, movimentos sociais e sindicalismo.

Início fazendo uma saudação à memória do sindicalista do setor de Bancários Dirceu Travesso, Didi, que representou a CSP CONLUTAS no 4º EBEM, em 2009, pela primeira vez. A participação conjunta de representações dos movimentos sociais, partidos e sindicatos ao lado dos pensadores que estão na academia, torna os encontros brasileiros de educação e marxismo peculiares e, cada vez mais, articulados ao materialismo histórico e dialético, que supera a condição de método de interpretação científica da realidade para se instituir como um verdadeiro referencial para a visão de um mundo classista, numa perspectiva superadora das visões idealistas ainda muito presentes na academia, as quais Marx já criticava, no século XIX, na décima tese conta Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1984, p. 111).

Dirceu Travesso, o Didi, dedicou sua vida à militância e à construção da CSP CONLUTAS como uma experiência inovadora de Central que amplia sua base para além dos trabalhadores empregados movimentos sociais, os estudantes, os trabalhadores precarizados e os desempregados, que fazem parte da classe seja na condição de trabalhadores ativos, seja como exército de reserva, no campo e na cidade. A CSP CONLUTAS traz uma concepção de sindicalismo moderna, que inova tanto na base social ampliada, para além de trabalhadores empregados e associados a sindicatos de categoria, como sua pauta de luta, para além dos objetivos corporativistas e economicistas das tradicionais organizações de natureza sindical.

O fato de ser uma organização suprapartidária, internacionalista, classista e de luta trazendo para as suas fileiras setores dos movimentos que organizam os trabalhadores para lutar contra as opressões, como movimentos de mulheres, negros e negras, partidos políticos, luta contra a homofobia, associações de mutuários, os estudantes realiza o ideal de uma central de trabalhadores com políticas para o enfrentamento da exploração e da opressão no capitalismo, cujos fenômenos são relacionados, na medida em que a condição de oprimido se converte em justificativa para a exploração diferenciada dos setores mais vulneráveis da sociedade: mulheres, negras e negros, LGBTQTT's, desempregados e outros, buscando superar os limites do modelo de sindicalismo economicista já criticado por Marx e Engels:

Mantendo as tradições desde o seu nascimento e no decorrer do seu desenvolvimento nesse país, essas poderosas organizações até agora têm-se limitado quase que exclusivamente a regulamentar os salários e as horas do trabalho, esforçando-se, além disso, por impor a abolição das leis abertamente hostis aos operários. Como já dissemos, tem-se obtido exatamente o resultado que se poderia esperar de tal ação. Entretanto, obtiveram algo a mais: a classe dominante, que conhecia melhor que os próprios sindicatos suas forças, fez-lhes voluntariamente concessões mais amplas: ao estender o sufrágio universal a todos os níveis da administração (...) deu direito de voto à maioria da classe operária organizada (MARX, ENGELS, 2008, p. 74).

Didi cumpriu a difícil missão de levar esse novo modelo de sindicalismo de luta para a Europa, até seus últimos dias, sendo um dos fomentadores da Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas, que reúne os membros da Confederação Internacional Sindical, da Federação Sindical Mundial, independentes e participantes de diversas redes sindicais internacionais. Trata-se de uma organização internacional de trabalhadores que difunde o sindicalismo de luta, a democracia operária, a auto-

organização dos trabalhadores e trabalhadoras e na necessidade da transformação social como elementos constitutivos de sindicatos de luta (REDE SINDICAL INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE E DE LUTAS, 2013).

A luta de Didi, ao lado de outros importantes sindicalistas de luta se torna ainda mais relevante e necessária numa conjuntura em que há setores conservadores que reivindicam, desde a década de 1970, uma concepção de sindicato de caráter mais conciliador entre os interesses da classe trabalhadora e aqueles referentes ao patronato no modo de produção capitalista:

É nesse contexto de crise e reestruturação do capitalismo tardio que ocorre o abandono, por parte dos sindicatos e do sindicalismo, ainda bastante vinculado, do sindicalismo de classe que marcaram tanto os anos 60 e 70, em particular na França e na Itália, onde eles foram muito fortes. O que tende a predominar é o sindicalismo neocorporativista e de participação, cujo modelo clássico é o alemão (ALVES, 2003, p. 15, grifos do autor).

Desde seus estatutos, a CSP CONLUTAS se configura como o mais democrático espaço de luta para a totalidade da classe trabalhadora, que se manifesta sob as mais variadas condições de exploração e opressão, no campo e na cidade. A CSP CONLUTAS atua junto à sociedade brasileira e internacional balizada pelos princípios de independência de classe, autonomia de gestão e financeira, unidade de ação e democracia operária (ESTATUTO, 2010).

Os trabalhadores, os movimentos sociais e a educação na conjuntura do atual governo federal

Uma vez feito o preâmbulo situando o modelo de sindicalismo que defendemos na CSP CONLUTAS, propomo-nos, agora a apontar algumas das ações que concretizam tal modelo.

Em 2014, a entidade liderou uma campanha pela revogação das Medidas Provisórias 665 e 664. A MP 665 se converteu na Lei 13.134/2015, que passou a regular o programa seguro desemprego, o abono salarial e o seguro desemprego para o pescador artesanal. Dentre as restrições impostas aos desempregados, aos pescadores artesanais e beneficiários do abono salarial, destacamos o fato desta lei aumentar o tempo mínimo obrigatório na condição de empregado de seis para 12 meses, para que os trabalhadores registrados que ficam desempregados pela primeira vez, adquiram o direito de receber o benefício do seguro-desemprego; um mínimo de nove meses na condição de empregado, para os que reivindicam o seguro desemprego pela segunda vez; e seis meses, quando o desempregado solicita o benefício a partir do terceiro episódio de desemprego (BRASIL, 2015). Assim, os trabalhadores que não conseguem provar esses tempos de trabalho em carteira, uma vez dispensados, não contam com o amparo estatal.

Trata-se de denegar um benefício a cerca de 65% dos desempregados que são dispensados sem justa causa, anualmente, antes de completar o primeiro ano no trabalho, devido à alta rotatividade nos empregos na realidade brasileira, conforme explicita o DIEESE: “Em 2013, 65,5% dos vínculos de trabalho encerrados no ano tiveram tempo de duração inferior a um ano completo, sendo que 30,3% não

completaram três meses. Estes dados não diferem substancialmente de ano para ano” (DIEESE, 2014, p. 11).

Na mesma campanha, a CSP também denunciou a MP 664, que deu origem a lei 13.135/15, a qual estabeleceu que os familiares de trabalhadores falecidos que contribuíram para a previdência social adquirindo o direito de deixar a família amparada em caso de morte do contribuinte, teve esta garantia limitada de acordo com a idade do pensionista, constituindo-se no fim do benefício vitalício. Tal medida disciplina que o mínimo de anos de união para que o cônjuge tenha direito a pensão por morte é de dois anos. Caso o segurado tenha contribuído por 18 meses, as pensões serão pagas por períodos de três anos, caso o cônjuge seja menor de 21 anos; seis 6 anos, para cônjuges na faixa de 21 a 26 anos; 10 anos, para cônjuges na faixa de 27 a 29 anos; 15 anos, para cônjuges na faixa de 30 a 40 anos; 20 anos, para cônjuges na faixa etária de 41 a 43 anos e vitalícia para cônjuges acima de 44 anos (BRASIL, 2015b).

Quanto ao combate às opressões, avaliamos que existe uma luta em curso pelos direitos dos homoafetivos com vitórias e derrotas e a CSP mantém-se firme nas exigências ao governo federal. Em 2004 a união lançou o Programa de Combate à homofobia, porém, em 2011, o Kit anti-homofobia nas escolas do ensino médio foi vetado, mediante a pressão dos fundamentalistas evangélicos no congresso (SILVA, 2015). No começo de 2015, o Projeto de Lei Complementar nº 122, que objetivava alterar a Lei 7.716/1989 Lei 7.716/1989 , incluindo a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero na tipificação dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional o foi arquivada (BRASIL, 2015c).

Na Carta ao Povo de Deus, avocou-se ao Estado brasileiro a função de intervir na autodeterminação sobre o corpo e a orientação sexual, ao afirmar que cabe ao congresso nacional balizar as posições diversas na sociedade a respeito que questões como aborto, formação familiar, uniões estáveis, a despeito do clamor dos movimentos sociais feministas e LGBT’s para que estas questões sejam tratadas como de foro privado, o que também foi objeto de denúncias por parte da Central.

No que tange às políticas de combate ao machismo e à violência contra a mulher, não se pode deixar de entender que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) foi, de fato, um avanço, entretanto, a luta da CSP CONLUTAS segue ao lado dos movimentos feministas classistas, pela reivindicação de 1% PIB para combate a violência contra a mulher, numa conjuntura de carência de casas abrigo para mulheres que sofrem violência e de delegacias da mulher, na maioria dos municípios brasileiros, como requisito básico para o efetivo cumprimento daquela lei.

O combate ao racismo enfrenta um obstáculo importante que consiste na associação dos bairros negros pobres, como as favelas, ao tráfico de drogas e conseqüente marginalização e criminalização do povo negro pobre. Como medida de combate à tal manifestação de racismo, temos buscado apoiar intensamente as lutas pelos direitos do povo negro e pobre e temos sido reconhecidos pelo povo negro, haja vista a filiação do Movimento Quilombola do Maranhão, que trouxe cerca de 300 comunidades negras e quilombolas para compor as fileiras da nossa central.

Há que se lembrar, ainda, da opressão às populações originárias, que tem sofrido com o genocídio quando lutam pelo direito a um lar, uma cultura e à vida com dignidade. Nesse sentido, o governo federal homologou 18 terras indígenas, no período de 2011 a 2015, porém, a sociedade brasileira ainda aguarda a homologação das terras da aldeia Takuara há 16 anos e, na perspectiva mais geral, uma política para coibir os massacres não só às lideranças Guarani-Kayowás no Mato Grosso, mas a todas as etnias indígenas ameaçadas neste país. Estes povos têm tido amplo espaço de denúncia no Espaço Unidade de Ação, organizado pela Central e outras entidades e luta.

Ante o exposto, a CSP CONLUTAS, que representa os interesses da classe trabalhadora não pode ser conivente nem com as práticas fascistas da oposição de direita, nem com as políticas públicas balizadas pelos conceitos de austeridade, ajuste, que justificam a contenção de dispêndios com políticas de concretização de direitos sociais, por isso, desde 2015 vem construindo o Espaço Unidade de Ação, junto aos partidos, movimentos sociais e contra opressões, estudantes e independentes para organizar um campo de luta próprio da classe trabalhadora, auto organizado, auto gerido e auto financiado, com vistas a reivindicar a preservação de seus justos direitos, na medida em que a classe trabalhadora se constitui no motor que impulsiona a economia do país.

Por que a educação é uma pauta de luta dos sindicatos e movimentos e sociais?

Esse ano de 2016 comprometeu 6,6% do PIB para a educação, a despeito dos já tradicionais 10% do PIB reivindicados amplamente pelos movimentos sociais. Da falta de investimento resulta que somos o segundo pior país do mundo em gasto por aluno, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2016).

Embora o FUNDEB tenha representado um avanço em relação à política do FUNDEF, focalizada apenas nos alunos de ensino fundamental, pois elegeram como população-alvo todos os alunos do ensino básico, não garante a igualdade no tratamento dos alunos, pois a política de qualidade em educação brasileira se concretiza de forma desigual. A título de exemplo, em 2016, estabeleceu-se que um aluno de 1ª a 4ª série de escola urbana será objeto de investimento mínimo nacional de R\$ 12,73 reais por dia. Isso significa que enquanto nos estados mais pobres do país esse será o valor gasto por aluno, nos estados onde há maior circulação de riqueza, arrecadação de impostos, como o Paraná, dispendem-se R\$ 20,45 reais por dia com aquele contingente de alunos. Ademais, enquanto que o Brasil se compromete com custo mínimo por aluno/ano de R\$ 2.545,30 nacional, os cidadãos não isentos do pagamento de imposto de renda puderam descontar R\$ 3.661,00 no imposto de renda por filho, neste mesmo ano (BRASIL, 2015d).

Por um lado, o Estado brasileiro ainda investe pouco na educação básica pública e gratuita da população: em termos tendenciais, quanto mais pobre o aluno da escola pública e de regiões mais pobres, menor será o investimento anual do Estado nele; segundo o relatório do índice de analfabetismo funcional, em 2012 27% da população era de analfabetos funcionais, o que evidencia que os 20 anos de políticas de democratização do acesso ao ensino fundamental não redundaram na democratização do

conhecimento (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2012). E, das 6.000 creches e pré-escolas previstas para entrega à sociedade brasileira durante o atual mandato governamental, até dezembro de 2015 foram entregues 2.533, de acordo com os dados oficiais do governo federal (PORTAL BRASIL, 2015).

Por outro lado, em dezembro de 2015 pagou R\$ 2,63 bilhões por dia da dívida pública³, segundo os dados da Auditoria Cidadã da Dívida. O Brasil tem sustentado a localização privilegiada de ser a 7ª economia do mundo, porém, em distribuição de renda nossa classificação é 80ª; em IDH, 79ª e 88ª em qualidade em educação, no ranking da UNESCO e amplamente divulgados pela mídia. Tais dados demonstram que é preciso promover uma profunda inflexão no rumo das políticas sociais de modo a promover o acesso real aos bens comuns como a saúde, a segurança, a educação.

Dentre as categorias que sofrem a perda de direitos, destaco os profissionais da educação, que terão no Encontro Nacional de Educação, que ocorrerá no mês de junho, em Brasília, apoiado pela CSP CONLUTAS, a oportunidade de avançar na organização da sua luta.

O professor vive, hoje, premido entre a delapidação moral e a missão redentorista. Por um lado, esses profissionais são culpabilizados pelo fracasso escolar, por outro, se atribui a eles a função de salvar a educação brasileira. Todas as políticas públicas dirigidas aos professores tem esse espírito. Cada vez mais temos assistido a promoção de políticas públicas que penalizam os professores, precarizam seu trabalho e, ao final, os responsabilizam pelo fracasso escolar, pelo analfabetismo funcional. Dentre as políticas federais destaco as políticas formativas de 3 tipos: 1) as formações iniciais aligeiradas; 2) as formações continuadas – que são prescrições aos professores, convocando-os a resolver problemas sociais que o Estado não consegue resolver; 3) as capacitações de leigos para atuarem como professores.

A formação inicial tem se tornado cada vez mais pragmática, pedagógica, pobre em conteúdos, promovendo o esvaziamento dos conteúdos do professor, ao mesmo tempo em avança a perda da prerrogativa da seleção e organização dos conteúdos e a predeterminação do que deverá ser ensinado, por meio do ensino apostilado. Acrescenta-se a isso a perda da prerrogativa da avaliação do rendimento escolar, que, cada vez mais, tem sido delegada aos instrumentos de avaliação do rendimento exógenos à escola.

Cada vez mais o professor brasileiro é cerceado, é fiscalizado e tolhido em sua liberdade de cátedra, por meio da intensificação da fiscalização de suas tarefas cotidianas e pelas políticas de formação continuada que são verdadeiras prescrições de tarefas extraaula e, até mesmo, extraclasse. Nesse sentido, destaco o grupo de políticas de formação continuada da SECADI, que, por meio de cursos semi-presenciais e/ou a distância, convocam o professor a atuar para além do ensino, como os Programas Escola que Protege, Programa Saúde na escola, Rede Educação para a Diversidade, Programa Educação e direitos humanos, que seguem as orientações do Relatório Jaques Delors, de impor aos professores que se esforcem por equacionar por meio da educação os problemas que a sociedade capitalista já não consegue resolver. (COSTA, 2013).

Finalmente, apontamos as políticas que, ao prepararem leigos para a atuação na docência, colaboram para a desprofissionalização da categoria docente, tais como Programa Conexões de saberes, Programa escola aberta, Programa Mais escola e Projovem Campo, todos organizados no âmbito da SECADI (COSTA, 2013).

Os professores, hoje, enfrentam as mesmas vicissitudes das outras categorias de trabalhadores assalariados, como a quebra do sindicato, os salários diferenciados que ameaçam a isonomia salarial, a ideologia do ganho por produtividade, desempenho, na perspectiva da performatividade.

Somente os sindicatos, federações, confederações e centrais podem organizar todos os trabalhadores que não tem mais escolha, a não ser lutar contra a retração de direitos e a intensificação da exploração. É por isso que a CSP CONLUTAS faz um chamado à CUT – que congrega mais de 3500 entidades sindicais - a Intersindical e outras centrais de trabalhadores, e movimentos sociais como o MTST para construir o campo da luta dos trabalhadores no ESPAÇO UNIDADE DE AÇÃO, tendo em vista a organização de uma greve geral, como a melhor resposta da classe à crise política, econômica e social empreendida pela classe política que ocupa o congresso nacional neste momento.

Considerações finais

A conjuntura atual brasileira nos impõe que reflitamos profundamente sobre a concepção burguesa da democracia representativa, nos marcos do Estado mínimo neoliberal. No âmbito de tal modelo, as políticas públicas se efetivam tendo como princípio de que a democracia se constitui num regime em que minoria governa por uma maioria, abstraindo-se que aquela minoria pertence à classe social detentora dos meios de produção, para além do poder político, portanto, tende a governar segundo seus interesses privados. Disso decorrem falsas conclusões, tais como, de que é este modelo de Estado representa os interesses gerais e administre as diversidades de interesses entre os indivíduos; que os representantes da sociedade civil na sociedade política, uma vez eleitos, são capazes de defender a vontade geral, ao invés daquela do bloco social de onde se originam e encontram-se investidos de poder para decidir sobre o que convém à preservação da segurança de todos e à liberdade de cada um. No neoliberalismo, isso se apresenta como possível por meio da normatização mínima dos aspectos mais gerais e comuns a todos, deixando a sociedade civil livre às negociações como se não houvesse nem classes sociais, nem diferenças de correlações de força nestas negociações (COSTA, 2013). Trata-se de uma contradição insuperável e que se aprofunda colapsando o parlamento, pois a defesa dos interesses privados no seio de uma instituição que se presta à preservação da república acabou por consolidar uma cultura de acordos, negociatas, trocas de favores, comercialização das influências, proselitismo e clientelismo – e por que não dizer, a corrupção e o nepotismo - e demais fenômenos que decorrem do fato de se tratar de um aparelho de Estado ocupado por representantes dos diferentes blocos no poder que disputam entre si a hegemonia.

Nos governos de frente popular, o Estado mínimo neoliberal mantém a governabilidade atuando, antes, segundo o princípio da concessão de benefícios a populações-alvo determinadas, por meio

de políticas afirmativas, do que da obrigação da garantia de direitos a todos, ao mesmo tempo em que responde às pressões do capitalismo internacional pelo ajuste. Estabelece-se a desigualdade social como consequência inevitável do modo de produção capitalista, em seguida, implantam-se políticas públicas no campo dos direitos sociais que busquem atenuá-la, dirigidas às populações-alvo focalizadas, cuja qualidade, em especial aquelas relacionadas aos direitos sociais, é determinada pelos recursos disponíveis, em nome do ajuste, da responsabilidade social, da contenção de despesas do aparelho de Estado.

Mediante o aprofundamento da crise política, social e econômica que o país vive, esta é uma oportunidade da classe trabalhadora brasileira questionar a efetividade deste modelo de democracia e fazer valer sua vontade geral sobre o Congresso, mas isso só é possível, hoje com a mobilização pela base, classista, independente.

Ainda que dentro dos limites da democracia representativa a CSP CONLUTAS defende que é possível penetrar na fratura decorrente da contradição que o parlamento vive hoje e lutar juntos e organizados por medidas que restitua o poder à população, tais como as eleições gerais para congresso, a prisão e ilegitimidade dos corruptos a Greve geral dos trabalhadores como resposta a exploração da patronal e ao Estado que defende os patrões e os opressores e, nos marcos de uma proposta mais programática, o governo por conselhos populares. Este é o principal objetivo da conformação do Espaço de Unidade de Ação enquanto nossa proposta de frente classista e de luta.

Nesta sociedade predominantemente urbana e industrial, a classe destituída é, cada vez mais, dependente dos proventos da venda da sua força de trabalho para obter o necessário para a sua sobrevivência e, na impossibilidade de satisfação de suas necessidades básicas - como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e, na conjuntura de desemprego, é a classe que depende das políticas sociais para ter acesso àqueles direitos sociais. A classe burguesa utiliza-se de serviços privados, organizados para atender as suas demandas de saúde, educação, habitação, lazer, previdência, segurança, etc, adquirindo-os com uma qualidade diferenciada no atendimento, nos privilégios e nas condições especiais, financiados com o lucro obtido pela classe burguesa, da exploração do trabalho.

Nós, educadores e intelectuais não podemos mais nos acomodar nos nossos gabinetes a teorizar sobre a conjuntura, é preciso ir às ruas, é preciso tornar-se um intelectual articulador da sociedade, um intelectual orgânico. É preciso ir além da interpretação da história, rumo a sua transformação, como nos ensinam Marx e Engels. Por isso, a CSP CONLUTAS convoca todas e todos os educadores marxistas, que tomem os gizes e as ideias e vamos juntos às ruas, para fazer a história. Porque se assim não fizermos, a história nos julgará.

Referências:

AGENCIA BRASIL. **Presidenta Dilma homologa mais duas terras indígenas**. 02 de maio de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/presidenta-homologa-mais-duas-terras-indigenas>>. Acesso em: 9 de mai. 2016.

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a Crítica da Economia Política. Práxis: Bauru, 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 9 de maio de 2016.

BRASIL. LEI Nº 13.134, de 16 de junho de 2015. **Conversão da Medida Provisória nº 665, de 2014**. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 13.135, de 17 de junho de 2015b. **Conversão da Medida Provisória nº 664, de 2014**. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, no 10.876, de 2 de junho de 2004, no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências.

BRASIL. Agencia Senado. **Projeto que criminaliza a homofobia será arquivado**. 07/01/2015 c. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado>>. Acesso em: 09 de mai. 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 8**, de 5 de novembro de 2015d. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.phpacao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=PI_M&num_ato=00000008&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=MF/MEC>. Acesso em: 9 de mai. 2016.

COSTA, Áurea de Carvalho. **As relações entre Estado e escola no neoliberalismo**. Curitiba: Appris, 2013.

DEPARTEMENTO INTERSSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEESE). O mercado formal brasileiro: resultados da RAIS 2013. **Nota Técnica nº 140**, São Paulo, setembro de 2014.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS. **Estatuto**. Disponível em: <<http://cspCONLUTAS.org.br/quem-somos/estatuto/>>. Acesso em: 7 de mai.2016.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Inaf 2011/2012 - Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx>. Acesso em: 9 de maio de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Teses sobre Feuerbach. In **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Karl Marx, Friedrich Engels e a I Internacional. Parte1. In: AGUENA, P. (Org.). Marx, Engels, Lenin e Trotsky: **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

PORTAL BRASIL, **Proinfância investe 10 bilhões na construção de creches**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/proinfancia-investe-mais-de-r-10-bilhoes-na-construcao-de-creches>>. Acesso em: 9 de mai. 2016.

REDE SINDICAL INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE E DE LUTAS. **Manifesto do Encontro Nacional de Sindicalismo**. Disponível em: <http://laboursolidarityandstruggle.org/site_francais/wp-content/uploads/2014/02/2013-6-22-R%C3%A9seau-syndical-inter-solidarit%C3%A9-luttes-Port.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

SILVA, Ricardo Desidério da. **Educação audiovisual da sexualidade: olhares a partir do kit anti-homofobia**. 2015. 144 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Educação. In **Quesitos**. Disponível em: <<http://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/education/>>. Acesso em: 9 de mai. 2016.

Notas

¹ Palestra proferida no 7º Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, mesa 7: MARXISMO, EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICALISMO.

² UNESP Depto de Educação/PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/UNESP campus Rio Claro. www.gpemec.com.br
aurearc@rc.unesp.br

³ Segundo o site da Auditoria Cidadã da Dívida (Cf. Dividometro no <http://www.auditoriacidada.org.br/#>).

Recebido em: 04/07/2016

Publicado em: 08/2016